

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Luana Leticia Marques Dudcosch ¹

RESUMO

O objetivo deste artigo foi revisar e discutir a literatura acerca dos desafios da educação especial e inclusiva no contexto da pandemia do novo Coronavírus. Trata-se de revisão narrativa de literatura, pesquisa qualitativa descritiva, constituída a partir da busca no portal Periódicos Capes e na base *Scientific Electronic Library Online* de artigos, livros e outros materiais de referência publicados dentro do corte temporal de 2020 a 2021. Foi observado que as dificuldades didáticas e metodológicas foram um aprendizado importante sobre a necessidade de o professor desenvolver recursos em que o aluno tenha maior autonomia de aprendizado e na orientação dos suportes não escolares da aprendizagem. Como ganhos, foi possível compreender a possibilidade de sinergias e trocas de experiência para superação de dificuldades como um dos principais pontos focais da pandemia. Em todos os casos, a vivência do ERE evidenciou as disparidades e a fragilidade do pensamento inclusivo, demandando atenção e sinergia constante para um cenário mais favorável de educação igualitária e democrática às minorias.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial, Pandemia, Ensino, Minorias, Deficiências.

INTRODUÇÃO

O novo Coronavírus trouxe uma pandemia global estabelecida ainda no início de 2020, que trouxe mudanças importantes no mundo todo com a finalidade de reduzir o risco de contágio pela doença. A educação foi um dos setores inicialmente atingidos, por ser uma atividade coletiva, e rapidamente houve a suspensão das aulas, sem a definição de um retorno. Com o agravamento da pandemia e o avanço das mortes, a suspensão das aulas teve continuidade nas redes públicas e privadas e, em muitas delas, foi adotado o adiantamento do período de férias para promover alguma extensão de espera enquanto não eram dadas definições. A persistência do quadro fez com que rapidamente fosse organizada uma medida alternativa de ensino, construída com a rapidez de resposta demandada ao cenário e voltada a oferecer a possibilidade de que os

¹ Mestranda do curso de Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – Campo Grande / MS, prof.luanadudcoschi @outlook.com;

alunos tivessem uma continuidade educacional, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) (SCALABRIN; MUSSATO, 2020; SOUZA et al., 2021).

Embora fosse a medida possível, o ERE veio junto a uma latente demanda de adaptação por parte dos professores. As tecnologias, que eram um assunto recorrentemente da pauta educacional – mas não chegavam a ser necessariamente implantadas em um nível elevado de vinculação ao ensino cotidiano – rapidamente, se tornaram a única via possível. Muitos professores tiveram de se aproximar de recursos e procedimentos com os quais não tinham habilidade de trato diário, nem mesmo de uso fluente, como celulares, realizar postagens em vídeo, produzir vídeos. Muitos alunos, embora sejam de uma geração nativa na internet, contataram a dificuldade de depender de uma tecnologia para aprender que nem sempre é acessível ou viável em um país de dimensões continentais e alta assimetria social, econômica, cultura e educacional (CARVALHO; CARVALHO; SANTOS, 2020).

Ainda que reconhecidamente desafiador para todos, rapidamente também foi possível perceber que havia uma camada de alunos que se apresentava mais vulnerável às dificuldades do ERE, e entre este grupo se destacou o contingente dos alunos com deficiência. Atendidos pela demanda da educação especial e inclusiva, em ambiente regular, a sistemática de acompanhamento destes alunos, especialmente em sala de aula, foi pautada na observação da presença e orientação constantes do professor, quer seja regente ou auxiliar.

No novo cenário que se apresentava, em que a presença real lado a lado não era mais possível, o que ocorria com o protagonismo da necessidade de aporte das famílias e capacidade de operar tecnologias para dar andamento ao ensino, as inquietações acerca de como seria o atendimento educacional das pessoas com deficiência se constituíram. Nessa reflexão, Lisboa e Santiago (2020) permitiram compreender que este foi um momento de reconhecimento, em que as aberturas e lacunas para a prática efetiva de uma educação inclusiva foram evidenciadas no país. A problemática ia além de considerar as questões de acesso e coesão familiar: passou a ser uma necessidade de garanti de o ensino assegurar que estas crianças fossem atendidas educacionalmente, e que pudessem manter um ritmo de desenvolvimento positivo e minimamente próximo ao cenário escolar, dentro das possibilidades.

Com quase dois anos de uma situação de pandemia e com uma experiência intensa no ERE, a educação brasileira hoje pode se colocar na necessária reflexão acerca do

critério inclusivo que norteia a oferta educacional de modo democrático, e questionar: quais os principais desafios e aprendizados da experiência do ERE na educação especial e inclusiva durante a pandemia do novo Coronavírus? O retorno gradual às salas de aula traz uma relativa sensação de alívio e mitigação da condição anterior, mas não exime destes debates cuja consideração foram a problemática deste estudo.

A justificativa ao desenvolvimento do artigo veio do reconhecimento de que o evento da pandemia causada pelo novo Coronavírus foi um fato de alto impacto mundial em diferentes cenários, mas também representa uma reflexão possível e ativa a respeito do sentido democrático da educação, da capacidade de atingimento deste sentido e, sobretudo, do que pode ou deve ser analisado em uma perspectiva crítica a fim de melhorias e aprendizagens pelas dificuldades, demandas, desafios e conquistas experienciados, vivenciados e dialogados em trocas constantes durante este período.

A partir dessas colocações, o objetivo deste artigo foi revisar e discutir a literatura acerca dos desafios da educação especial e inclusiva no contexto da pandemia do novo Coronavírus. De forma acessória, pretende-se discutir o conceito geral da educação especial e inclusiva, abordar os plurais fatores na educação da pessoa com deficiência no cenário pandêmico e, por fim, discutir ganhos, dificuldades e conquistas constituídos na vivência do cenário da pandemia do vírus causador da doença Covid 19.

METODOLOGIA

Este artigo é uma revisão narrativa de literatura, constituído da forma regular a estes estudos, ou seja, a partir de uma análise crítica conduzida pela autoria do estudo sobre diferentes fontes. Trata-se de um tipo de pesquisa em que podem ser considerados diferentes tipos de materiais à análise, tendo por norte o crivo crítico do autor para a sua discussão vinculada ao objeto. Diferentemente do que ocorre com revisões integrativas e com sistemáticas, a metodologia destas revisões é mais aberta e permite que os critérios de seleção das fontes sejam tomados de forma mais livre pelo autor, sendo preferencial o seu detalhamento.

Sendo dessa maneira, esta pesquisa qualitativa descritiva, foi constituída a partir da busca no portal Periódicos Capes e na base *Scientific Electronic Library Online* de artigos, livros e outros materiais de referência que trataram dos desafios e possibilidades da educação especial e inclusiva no contexto da pandemia do novo Coronavírus. Para

isso, foram aplicados os descritores: coronavírus, educação especial e inclusiva, ensino remoto, em língua portuguesa. Foram considerados à análise publicações dentro do corte temporal de 2020 a 2021, dado o período em que a pandemia atual teve início, em língua portuguesa e que apresentaram vinculação e pertinência aos objetivos deste estudo. Foram descartadas publicações em contrário a isto. Uma vez selecionados na busca inicial, os artigos e livros foram analisados em seus resumos ou sumários e, se pertinentes, fichados e incorporados na etapa teórica sequente, em que foram também contextualmente discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação especial e inclusiva é uma modalidade educacional que avançou no Brasil especialmente a partir da Carta Constituinte do ano de 1988, que trouxe o estabelecimento da condição preferencial do ensino de todas as pessoas na rede regular de ensino. A educação especial preexistia a este momento, porém era realizada de forma muitas vezes institucionalizada ou em salas separadas, e o convívio e paridade de desenvolvimento educacional não eram priorizados neste atendimento. Com o avanço desta modalidade de ensino houve também uma representativa progressão normativa, como a inicialmente trazida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9396/1996, que trouxe a sistematização deste atendimento e de diferentes outros documentos, pactos e acordos nacionais e internacionais. Em uma síntese de finalidades, esta modalidade educacional se volta a atender as pessoas com deficiência oportunizando condições para que possam aprender em paridade com os alunos regulares, a partir de diferentes medidas que visam atender ao aluno em sua especificidade (BEZERRA, 2021).

A condição inclusiva tornou a educação especial um de seus instrumentos, potente para permitir este ensino democrático e possibilitar que a escola fosse um campo de aprendizagem de fato aberto e voltado a todos. Se antes dessa conexão de termos o que existia era o pensamento da integração, em que o aluno se incluía e pertencia ao ambiente escolar na medida que conseguisse se adaptar a ele, na inclusão o ambiente escolar passou a ser adaptado ao aluno e às suas necessidades. Todo este processo foi constituído em uma trajetória de troca de experiências, formação contínua e

experiências de tentativas, acertos e correções que formaram a realidade educacional inclusiva contemporânea, que permanece em construção (PLETSCH; SOUZA, 2021).

Sendo assim, a educação especial e inclusiva é uma condição que une a antiga e usualmente excludente educação especial e forma a premissa inclusiva, quando a posiciona de maneira que sirva como uma ponte de conhecimentos e práticas capazes de levar a educação para todos. Nesse universo de práticas, no entanto, o contato do professor e do aluno, bem como dos assistentes e/ou apoios, é algo contínuo, sistemático, progressivo. Com o contexto da pandemia o novo Coronavírus, toda a estrutura construída na caminhada iniciada desde 1988 teve de ser reconfigurada, especialmente quanto a dois elementos fundamentais da inclusão: acesso e acessibilidade. ‘

A discussão desse desafio vem a partir da compreensão do sentido do ERE que, embora muitas vezes confundido com a Educação a Distância, dela se distancia por não ter sido constituído de mesma forma. O ERE não possui recursos, modelos e práticas voltados a especialidade da sua condição não presencial: ao contrário, é uma espécie de tentativa de levar ao mundo digital as práticas de sala de aula. Demanda tecnologias, demanda que haja uma estrutura remota, mas em geral os seus conteúdos são os mesmos que ocorreriam em sala de aula, diferenciados apenas pelo uso de recurso que levam essas práticas até onde o aluno está, como plataformas de salas de aulas virtuais, grupos de WhatsApp e outros mensageiros instantâneos, redes sociais diversas e medidas dessa natureza. É um universo ao qual muitos alunos encontram-se incorporados e são usuários, mas que não se comunicavam educacional neste meio. Em outros casos, os distanciamentos se faziam presentes por questões diversas, desde sociais e económicas, até autonomia para operar os aparelhos necessários ao acesso a este ensino (BARROS; VIEIRA, 2021).

O ERE tem ainda particularidades que se aplicam ao seu uso, e que se acentuam especialmente na presença de dependência para a utilização dos aparelhos (seja por não dominar o funcionamento ou por necessitar de adaptações) e entre alunos não alfabetizados. Mas, como medida possível ao momento, o ERE se apresentou utilizado no cotidiano escolar com práticas síncronas e assíncronas de modo diverso, gerando uma possibilidade de que a educação tivesse continuidade (BORBA; MALHEIROS; ZULATTO, 2020).

É possível considerar que o ERE foi a medida possível à pandemia trazida pelo vírus causador da doença Covid 19, mas que ao mesmo tempo também representa uma medida que acentua alguns dos problemas mais latentes da inclusão educacional. O ERE permite uma continuidade relativamente adaptável a criança que não necessita de um aporte especial, mas, o que dizer daquela que necessita? A sua estrutura requer que o aluno tenha a capacidade de operar ou pelo menos acessar aparelhos digitais, ou que minimamente alguém de sua família ou meio seja disposto a baixar as atividades e repassar, conforme as instruções, para a criança. Sendo assim, ainda que a forma viável tenha sido esta, os debates inclusivos terminaram sendo naturalmente fortalecidos a partir da experiência real de uso deste recurso.

O ERE foi legalmente subsidiado pela Portaria n. 343/2020 e pela Medida Provisória n. 934/2020, de forma que isto deixou evidente a sua importância para a continuidade do ensino (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020). Mas na esteira de todos estes processos, também surgiram debates que evidenciavam as assimetrias e exclusões de minorais, entre elas as pessoas com deficiência no campo escolar. Isto pode ser compreendido pelo trazido por Arruda (2020), quanto afirmou que:

Mais do que um problema educacional, o bloqueio do acesso à escola reconfigurou a sociedade, na medida em que tempos e movimentos foram desconstruídos, famílias passaram a coadunarem as responsabilidades do trabalho e da vida dos estudantes em tempos ampliados, e em contexto ora da necessidade de manutenção do emprego e da renda, ora no contexto de confinamento em espaços razoavelmente reduzidos, de maneira ao isolamento ser cotidianamente comparado a situações de guerra (ARRUDA, 2020, p. 259).

Como reflexo direto desta condição, as crianças da educação especial e inclusiva que passaram a ser atendidas sob a estrutura do ensino remoto, por maiores que tenham sido os esforços docentes, se viram isoladas de uma condição fundamental: as interações entre docentes e alunos que fazem com que seu aprendizado seja acompanhado lado a lado, com sincronia. Os hábitos, horários e estrutura vinculados ao ensino foram também atingidos, e são fundamentais ao desenvolvimento pedagógico da criança. Além disso, ainda que recursos como mensageiros instantâneos tenham sido amplamente utilizados e os professores tenham se colocado a disposição para dúvidas, em muitos casos os pais não tinham intimidade ou mesmo compreensão de uso destes recursos e da aproximação possível com a escola. Foi uma relação que se contruiu com

o tempo em muitos casos e, em outros, não se construiu (ALMEIDA; CAVALCANTE; MELLO, 2021).

Ainda, a criança que integra a educação especial e inclusiva foi rapidamente colocada a condição de ter sua rotina educacional interrompida, como as demais. Porém nem todas possuíam a prontidão necessária para compreender que a permanência domiciliar também implicava na necessidade de continuar os estudos. Com muita frequência, a criança tende a se recusar a desenvolver as atividades alegando que o espaço em que se encontra não é a escola, sobretudo se a família não desenvolvia antes atividades educacionais com a mesma. Assim, o sentido de lugar de aprendizado foi destituído com a pandemia em, para algumas deficiências, isso determinante, como os casos mais rigorosos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Os professores, ainda que imbuídos em oferecer suporte, tiveram de contatar diretamente o fato de que nem sempre a relação com as famílias era previamente constituída de forma suficientemente firme para sobreviver ao momento. Sendo assim, existiam dificuldades importantes e ligadas ao ensino, aprendizagem, conexão familiar e possibilidade de contatar e, dentro dos espaços docentes, aportar a educação no lar. Os desafios didáticos e metodológicos também eram importantes, pois as famílias precisavam ser orientadas sobre como proceder com as atividades, desenvolver rotinas e aportar o aprendizado e uma maneira que nem todas tinham a maturidade e condição estrutural de aportar, até mesmo pelas assimetrias educacionais das quais foram alvo (OLIVEIRA; AZEVEDO; VIANA, 2020).

Considerando estes autores expostos (Arruda, 2020; Almeida, Cavalcante e Mello, 2021; Castaman e Rodrigues, 2020; Fachinetti, Spinazola e Carneiro, 2021; Oliveira, Azevedo e Viana, 2020), é possível verificar que a pandemia trazida pelo vírus causador do Covid 19 foi um fator de acentuação das assimetrias, disparidades e dificuldades da educação especial e inclusivas, sobretudo por demover as bases nas quais se constituiu durante todo o seu processo de estabelecimento nacional: a proximidade e as rotinas em que a escola era o lugar das atividades de aprendizagem. O vírus estabeleceu o cenário de fragilidade das relações entre famílias e escolas em grande parte dos casos, e reconfigurou as experiências educacionais em busca de gerar maior conexão e retomada da proximidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da vivência do ensino remoto na educação especial e inclusiva possibilitou identificar a vulnerabilidade dos laços entre escolas, professores e famílias, sendo esta percepção um dos campos a serem mais potencialmente trabalhados deste ponto em diante, tanto a fim da abordagem das demandas educacionais presentes, como para estabelecer relações firmes de apoio, informação e orientação às famílias. As dificuldades didáticas e metodológicas foram um aprendizado importante sobre a necessidade de o professor desenvolver recursos em que o aluno tenha maior autonomia de aprendizado e na orientação dos suportes não escolares da aprendizagem. Como ganhos, foi possível compreender a possibilidade de sinergias e trocas de experiência para superação de dificuldades como um dos principais pontos focais da pandemia. Em todos os casos, a vivência do ERE evidenciou as disparidades e a fragilidade do pensamento inclusivo, demandando atenção e sinergia constante para um cenário mais favorável de educação igualitária e democrática às minorias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M. L.; CAVALCANTE, L. A.; MELLO, A. R. G. R. O que dizem as famílias? Breve reflexão sobre ensino remoto em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 19646-19658, 2021.
- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid 19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- BARROS, F. C.; VIEIRA, D. A. Os desafios da educação no período de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 826-849, 2021.
- BEZERRA, G. F. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, n. 1, p. 1-26, 2021.
- BORBA, M. de C.; MALHEIROS, A. P. S.; ZULATTO, R. B. A. **Educação a distância online**. São Paulo: Autêntica Editora, 2020.
- CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F.; SANTOS, C. S. Brasil como epicentro da crise da Covid-19 na América Latina e as prováveis consequências em estratificações socioeconômicas mais vulneráveis: uma perspectiva de compreensão do papel do Estado

e da socialdemocracia centrada em John Maynard Keynes. **Espacio Abierto**, v. 29, n. 4, p. 139-177, 2020.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Educação a Distância na crise COVID 19: um relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e180963699-e180963699, 2020.

CUNHA, F. de S.; FERST, E. M.; BEZERRA, N. J. F. O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 570-582, 2021.

OLIVEIRA, A. M. D.; AZEVEDO, D. K. S.; VIANA, F. R. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia. **Cadernos de Estágio**, v. 2, n. 1, p. 58-60, 2020.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C.; CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

OLIVEIRA, M. A. M.; LISBÔA, E. S. S.; SANTIAGO, N. B. Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 17-24, 2020.

OLIVEIRA, P. J. D. et al. A percepção dos professores sobre a inclusão no ensino remoto dos alunos com deficiência durante a pandemia do novo coronavírus. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e4710716380-e4710716380, 2021.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de Educação Especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 1286-1306, 2021.

SCALABRIN, A. M. M. O.; MUSSATO, S. Estratégias e desafios da atuação docente no contexto da pandemia da Covid-19 por meio da vivência de uma professora de matemática. **Revista de Educação Matemática**, v. 17, p. e020051-e020051, 2020.